



SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Nº 168
13/02/92

Inquérito vai apurar coação contra eletricitários

A Procuradoria Regional do Trabalho vai ouvir Gazaniga e Mauro Passos para investigar denúncia feita pelo Sinergia. Coação é crime cuja pena corresponde a, no mínimo, um ano de reclusão.

O Procurador Regional do Trabalho, Dilnei Ângelo Biléssimo, através da portaria nº01 de 10 de fevereiro de 1992, instaurou Inquérito Civil Público para apurar as irregularidades apontadas pelo Sinergia no processo de demissões na Eletrosul. O Sindicato denunciou a ocorrência de "coação no curso de processo" para que empregados desistissem de ações judiciais. Só em Florianópolis, recentemente ocorreram 34 desistências de processos.

O Procurador marcou para o dia 19 de fevereiro uma audiência onde serão ouvidos o diretor-presidente da Eletrosul, Amílcar Gazaniga (pela manhã) e o presidente do Sinergia, Mauro Passos (à tarde). Foi requisitada a "juntada" aos autos do processo cópias dos documentos que comprovam a desistência de



ações judiciais e a relação dos empregados dispensados junto com a lista dos trabalhadores com demanda contra a empresa na Justiça.

A denúncia dá conta que a Eletrosul ameaçou empregados, inclusive com demissão, para que desistissem de ações reclamatórias trabalhistas. As ameaças, segundo a denúncia, ocorreram especialmente para quem teve demissão incentivada. Ninguém com processo na Justiça receberia o incentivo.

Entre as razões expostas pelo Procurador para instaurar o inquérito está a consideração de "tratar-se

GARANTIA DE EMPREGO

Justiça reintegra nove na Celesc

A Empresa agiu ilegalmente quando demitiu empregados em plena vigência da garantia no emprego.

A Justiça do Trabalho confirmou esta semana que a Celesc estava errada e agiu contra a lei ao demitir empregados em plena vigência do Acordo Coletivo que concede garantia de emprego na empresa. O Juiz do Trabalho de Mafra, André Zemczak, reintegrou nove trabalhadores da Celesc naquela cidade, dia 10 de fevereiro.

De nada valeu a defesa da empresa contestando o pedido de

Pauta preliminar de reivindicações

- 1 - Aplicação linear do INPC (out/jan).
- 2 - Não aplicação da lei complementar do Estado (retenção)
- 3 - Cumprimento do Acordo Coletivo.
- 4 - Manutenção da taxa mínima de energia.
- 5 - Reajuste do Valor de Referência.
- 6 - Participação da Intercel nas negociações sobre Plano AMHOR.

de fato que atenta contra a organização do trabalho e contra o direito constitucional de ação".

Para o Sinergia, a instauração do inquérito significa um importante passo para acabar com as arbitrariedades e os desmandos que vêm ocorrendo dentro da Eletrosul.

Inquérito semelhante deve ser instaurado na Polícia Federal, por determinação na Justiça do Trabalho, para apurar caso de coação na Celesc, onde empregados não receberam aumento por mérito em função de terem ação contra a empresa. Neste caso está sendo investigada a responsabilidade dos ex-diretores Norgert Wiest e Luiz Cruz Schneider.

O que é Coação

no Curso do Processo

Código Penal Art. 344 - "Usar violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral: PENA - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, além da pena correspondente à violência."

Conforme o jurista Damásio de Jesus (Código Penal Anotado, Ed. Saraiva, 1989), "a lei protege a administração da justiça, impondo sanção a quem, mediante violência física ou moral, coage, para satisfação de um interesse particular ou de terceiros, a autoridade pública, a parte ou outra pessoa que intervém nas lides judiciais e administrativas".

Assembléias em Florianópolis

Celesc

Hoje, dia 13, 18 horas, no Casanova

Pauta: 1) Informes sobre negociação; 2) Pauta de Reivindicações para Campanha Extraordinária; 3) Descumprimento do Acordo 91/92 pela Celesc; 4) Outorga de poderes aos sindicatos para impetrarem ações trabalhistas como substituto processual; 5) Outorga de poderes aos sindicatos para impetrarem ação contra retenção salarial proveniente da Lei Complementar do Estado nº 043/92.

Eletrosul

Hoje, dia 13, 18 horas, no ginásio da Elase

Pauta: 1) Extensão da garantia de emprego até a data-base; 2) Questão do INPC integral do último quadrimestre.

liminar impetrado pelo Sindicato de Energia do Norte do Estado para reintegração dos trabalhadores. A Celesc alegou que nunca assumiu o compromisso de dar "estabilidade" a seus funcionários.

Mas, segundo o juiz, os nove demitidos "provaram serem portadores da garantia de emprego, através da Carta Compromisso, tendo força de 'Regulamento', durante a vigência do Acordo Coletivo de Trabalho de 1991/1992". E, por isto, além de reintegrar os trabalhadores fez a empresa pagar as custas do processo.

GARRA - A Campanha de Fevereiro já foi deslançada. Os sindicatos estão percorrendo os locais de trabalho e várias assembléias já foram realizadas. Hoje, quinta-feira, dia 13 de fevereiro, acontecem as assembléias de Florianópolis (no Casa Nova), Joinville, Lages, Tubarão e Blumenau. Amanhã a pauta de reivindicações (ver box) deve ser entregue à empresa.

A presença de todos é muito importante. O presidente da Celesc continua ameaçando os empregados com demissões e as contratações dos serviços de empreiteiras é crescente. A empresa continua tentando confundir a todos com seus dados inconsistentes.

Mas a Intersindical tem a certeza de que mesmo com a aplicação da lei 8.222/91 a empresa ainda tem mais recursos para investir em salários. Por isto só a vontade de lutar, a indignação de todos pressionará a empresa fazendo com que ela leve a sério a categoria e seus compromissos com ela.

Demissões abrem o caminho para privatização

O que há pelo menos dois anos se anunciava acabou acontecendo. A Eletrosul realiza a redução de seu quadro de pessoal, causando desespero para quem vai, e medo para quem fica. O mesmo fantasma começa, agora, a rondar a Celesc que não se cansa de privilegiar as empreiteiras e repetir a ladainha do "engucamento da máquina".

Mesmo que as demissões fossem previsíveis, para muitos ela parece algo inusitado. Para alguns, as demissões foram durante muito tempo uma "paranóia dos sindicatos" ou um mal que só ameaçava os outros. Mas as listas e cartinhas foram aparecendo e as demissões, lamentavelmente, não são apenas uma projeção, mas algo muito concreto e doloroso.

As demissões, tanto no caso da Eletrosul quanto no da Celesc, são orientadas por uma política de gestão das estatais. Um projeto político alocado em privatizações é que sustenta as dispensas, que por sua vez não são fatos isolados. Articulação de setores empresariais e políticos é cada vez mais evidente com o sucateamento das empresas e a crescente privatização dos serviços.

São demissões humanamente injustas, socialmente deploráveis e administrativamente irresponsáveis. Gente nas vésperas da aposentadoria foi demitida. Técnicos altamente qualificados e especializados ganharam a porta da rua. E as empresas vão sendo lançadas, aos poucos, nas mãos de tubarões ávidos por lucro.

No caso específico da Eletrosul, as demissões deixaram de ser um objetivo político pra ganhar a forma de obsessão de uma diretoria que cada vez se distancia mais da realidade e da própria vida da empresa. A ambição pelo título de campeão do engucamento motiva a atual diretoria a cometer verdadeiras insanidades, atos comprovadamente contraproducentes para a empresa, como incentivar a demissão de técnicos formados pela própria Eletrosul, a custo muito alto, mesmo sabendo que eles são imprescindíveis para muitos serviços.

Mas como qualquer obcecado, a diretoria da Eletrosul foi adiante sem ouvir ninguém. Implantou o terror dentro da empresa utilizando a tal "demissão incentivada" como moeda corrente de uma transação ambígua. O canto de sereia ainda atrai alguns e pressiona outros. A coação tem sido o instrumento para arrancar assinaturas que, as vezes chegam a ser mesmo espontâneos reflexos da desilusão com uma empresa em curva de decadência, que não respeita seu quadro profissional e não zela pela sua função social.

Mas nada descaracteriza a atitude violenta da direção da Eletrosul que usa os mais diversos ardis. O terrorismo psicológico chega ao absurdo. Não fosse assim, pessoas demitidas e/ou pressionadas não precisariam ter recebido atendimento psiquiátrico, como ocorreu na última semana. O serviço de Assistência Social da empresa sabe bem do que se fala.

E mais do que nunca se repete uma pergunta em tom de suspiro: "o que os sindicatos vão fazer?". Não há como responder isso sem percorrer a história dos últimos dois anos, quando sistematicamente os sindicatos, a Intersindical

e o Comando Nacional dos Eletricitários conseguiram dificultar e adiar o processo de demissões. Foram sentenças judiciais, dissídios, acordos, greves, contatos políticos, manifestos à população e uma infinidade de atitudes. Barrar as demissões foi a principal bandeira dos últimos anos, pois que a ameaça foi constante.

Mas parece que os louros colhidos foram também passaporte para um futuro (agora presente) indesejado. A cada adiamento/impedimento das demissões, parece que a categoria foi assimilando a ameaça e convivendo com ela como um mostro domesticado. Uma certa ilusão de que procedimentos legais seriam suficientes para sustar as demissões. Com isso, a única estratégia capaz de obstar dispensas foi, na prática, suplantada por apatia e temor. O confronto, a luta, a greve não foi considerada pela categoria com a devida atenção. A palavra greve antes era ouvida com muito temor.

Nem por isso a Intersindical e o CNE deixam de travar em todas as instâncias a mais encarniçada luta contra as demissões. Não só na Eletrosul, mas em todas as empresas do Setor Elétrico. Aguarda-se o julgamento de um dissídio no Tribunal Superior do Trabalho que tenta invalidar as demissões feitas até 16 de março e esten-

der a garantia de emprego até a data-base. Mas não se pode concentrar as expectativas neste julgamento. Não se trata do início de um processo, mas de um fim próximo com o saldo de muitos empregados fora de seus postos na empresa. Muitos não resistiram às pressões e pegaram os incentivos, outros foram empurrados sem cerimônias.

A Intersindical, reunida nesta semana, resolveu não homologar as demissões, mesmo que incentivadas. A razão disso é simples: não há como os sindicatos serem coniventes com o resultado de pressões desumanas e ilegais. As próprias Delegacias Regionais do Trabalho não querem homologar as demissões devido às suas características irregulares.

Inevitavelmente, as demissões deixam duas lições cujo entendimento e a assimilação são imprescindíveis. Em primeiro lugar, a necessidade efetiva de mobilização e confronto quando se trata de defender direitos fundamentais, como o ao emprego. Segundo: depois das demissões, a privatização do setor passa a ser uma ameaça muito mais presente, dado o grau de sucateamento e de intervenção das empreiteiras e dos serviços contratados. mas não basta que se leia este parágrafo e se faça um gesto de concordância tímido com a cabeça. É necessário digerir estas informações e construir um novo comportamento coletivo para os eletricitários, com mobilização, confiança e disposição de luta.

Um importante passo na retomada da postura ofensiva por parte da categoria é a assembléia dos empregados da Eletrosul que acontece hoje, dia 13, no Ginásio da Elase. Será discutida a extensão da garantia no emprego até a data base e a questão do INPC integral no quadrimestre. Participar, debater, agir. Só isso pode impedir a definitiva privatização de todo o setor elétrico.

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Carvalho Marques. Editores: Gastão Casel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon. Ilustração: Frank Mala. Diagramação e composição: Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone (0482) 22-3866; telefax (0482) 23-5596; telex 482555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Dieese lança "SOS Salário Mínimo"

Enquanto o salário mínimo despenca, o Dieese se movimenta para retirar o Brasil do ranking dos piores salários do Planeta. Até no Senegal o SM é maior do que aqui.

Você sabia que o Senegal com um Pib/capita de 520 dólares pagava em 1990 um Salário Mínimo de 100 dólares por 40 horas de trabalho enquanto que o Brasil, com um Pib/capita de 2.020 dólares, pagava em 1990 um Salário Mínimo de 67 dólares por 44 horas de trabalho?

Estas e outras informações fazem parte da campanha nacional lançada pelo Dieese, com o apoio das centrais sindicais, chamada "SOS Salário Mínimo". Acontece que até dia cinco de março uma comissão técnica que estuda um valor monetário para o salário mínimo deverá apresentar seu relatório para o executivo. Com estas informações o governo deverá elaborar um projeto de lei sobre o assunto que vai ser apreciado pelo Congresso Nacional.

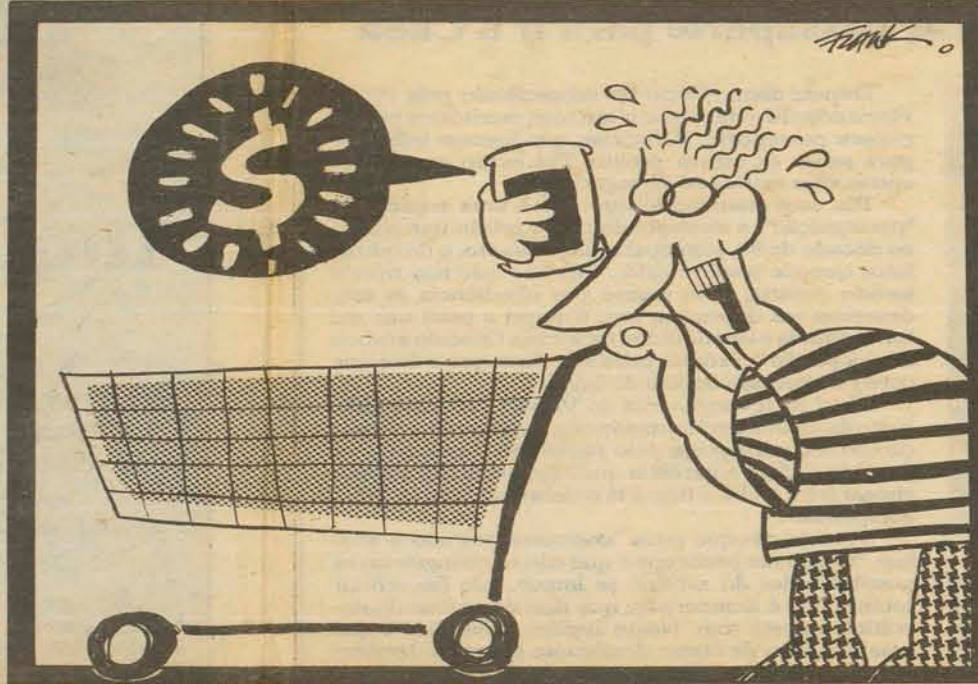
O Dieese - que está presente na Comissão Técnica do Salário Mínimo - alerta que a partir de feve-

reiro o salário mínimo não tem nenhuma política de reajuste, e ficará portanto congelado.

DEFASADO - A Comissão Técnica do Salário Mínimo foi criada em 1991 pelo Congresso como forma de regulamentar o artigo sétimo da Constituição que prevê um valor monetário para o salário mínimo capaz de atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família.

É que com a nova Constituição de 1988, a fixação do valor do Salário Mínimo passou a ser uma atribuição do Congresso Nacional, ao contrário do período de 1940/88, quando a fixação dos valores era atribuição exclusiva do executivo.

A partir de 1988 o Salário Mínimo tornou-se objeto de importantes debates no Congresso Nacional, com o objetivo de estabelecer uma política específica



para seu valor. Entretanto o aprofundamento da crise econômica e o fracasso dos planos de estabilização monetária terminaram comprometendo sensivelmente a política do Salário Mínimo, votada pelo Congresso, a tal ponto de tornar irrisório o seu poder de compra. Com a legislação finalmente

aprovada pelo Congresso foi criada a comissão que vai regulamentar o assunto.

Numa reunião entre as centrais sindicais e Dieese, semana passada, além da importância de uma legislação que recupere o poder aquisitivo e assegure o crescimento real deste salário foi discutida a

necessidade de uma política provisória de manutenção do poder aquisitivo do Salário Mínimo até que finalmente o assunto seja regulamentado.

HISTÓRICO - Nos 52 anos de existência do Salário Mínimo seu valor foi fixado de três formas:

- * De 1940 a 1963: Comissões de Salário Mínimo, formadas com objetivo de estudar e estipular o valor do mínimo nacional têm papel importante na definição do valor. O Brasil foi dividido em várias regiões geográficas e, para cada uma delas, indicados representantes de patrões e trabalhadores, a partir de listas elaboradas pelos respectivos sindicatos, em seguida escolhidos pelo presidente da República que também nomeava o presidente de cada comissão.
- * De 1964 a 1988: Passou a ser definido exclusivamente pelo Executivo. Comissões foram extintas.
- * A partir de 1988: Criação da Comissão Técnica que vai regulamentar um valor monetário para o Salário Mínimo.

Esta campanha deve ser abrangida por todo movimento sindical e os trabalhadores tem que ficar atentos às deliberações tomadas pela Comissão Técnica e o encaminhamento da questão na hora da regulamentação do assunto no Congresso Nacional.



Levantamento dos cedidos pela Eletrosul

O Sinergia enviou ao presidente da Eletrosul correspondência solicitando a listagem de todos empregados cedidos a outros órgãos ou empresas, estatais ou não, bem como seu vínculo com relação à salários e gratificações. O pedido foi motivado por denúncias feitas por outros sindicatos (Sindae/SC, Sinte e Municipários de Fpolis) de que empregados da Eletrosul estão cedidos para a Casan (Édio Laudino da Luz, Maurício Ricardo Branchelli e Roberto Durval Quadros), Prefeitura de Florianópolis (Ulf Herman Mondl) e Secretaria Estadual de Educação (Paulo Boamar). O Sinergia, na correspondência ao presidente da Eletrosul, afirma que "causa estranheza que, num momento em que se fala em

demissões na Eletrosul, tal situação venha ocorrendo".

Começa corrida por representação

Desde o dia 3 de fevereiro estão abertas as inscrições para quem quiser participar das eleições para representante sindical do SINERGIA. Já estão inscritos 17 candidatos pela Eletrosul e um pela Celesc. As inscrições podem ser feitas em horário comercial na secretaria do sindicato, mediante a apresentação de uma fotografia 3x4.

Como descontar a contribuição

Muitos empregados da Eletrosul, que não tiveram a contribuição confederativa descontada estão pedindo informações ao Sinergia. Eles querem esclarecimento de como fazer seus depósitos. A conta aberta para este fim pelo Sinergia



Erundina (SP) e Bulcão Viana (Fpolis) participaram na mesa da reunião

TRIBUNA Livre

Emendão ameaça Petrobrás

Movimento em Defesa do Sistema Petrobrás

Se o Emendão de Collor for aprovado, selará o fim do monopólio estatal do petróleo, e também das telecomunicações. A entrega dessas atividades estratégicas ao capital internacional, ao contrário do que se pensa, não se dará via privatização (tipo Usiminas), mas no Congresso, via Emendão. A palavra-chave dessa linha é "desregulamentação". O resto virá automaticamente. Esta é a realidade colocada hoje para o movimento sindical e o país.

Acabar com o monopólio estatal do petróleo significa:

- * Transferir para o capital internacional 10% do PIB brasileiro.
- * Abrir mão de 72 mil empregos diretos e aproximadamente 2,5 milhões de empregos indiretos.

* Transferir para as "Seis Irmãs" (Shell, Exxon, British Petroleum, Chevron, Texaco e Mobil) um faturamento bruto anual de 20,5 bilhões de dólares e um lucro de 1,3 bilhões de dólares por ano.

Especialistas internacionais prevêem para os próximos anos um aumento de 45 a

"O sinal verde para as multinacionais importarem derivados coloca o país nas mãos do oligopólio internacional"

54% no excedente mundial de derivados de petróleo. Por isto as "Irmãs" priorizam a "desregulamentação": para abocanharem mais mercados. Elas preferem vender derivados de petróleo bruto. Dá muito mais lucro: a gasolina custa cerca de 60 dólares por barril; o petróleo, 21 dólares. Vendendo derivados, as "Seis Irmãs" têm um lucro líquido 46% maior. Para a Petrobrás, o aumento (de lucro bruto) cai para 36%, devido à transferência de capital estatal para o setor privado via subsídios e outras falcitruas.

O sinal verde para as multinacionais importarem derivados colocará o país nas mãos de um oligopólio internacional que impõe os preços através da oferta. Se as "Irmãs" quiserem aumentar os preços, bastará segurar o produto, criando escassez. Já a Petrobrás ficará sem ter como escoar seus derivados e quebrará.

Hoje o petróleo representa diretamente cerca de um terço (1,8 trilhão de dólares) do PIB dos EUA (5,6 trilhões de dólares). Contando a comercialização, indústria petroquímica, etc., as multinacionais do petróleo movimentam perto de 2,3 trilhões de dólares/ano. Essas quantias astronômicas ressaltam a importância do Sistema Petrobrás. E mostram as reais intenções do governo collorido.

O movimento sindical tem que pressionar. O movimento sindical tem um papel fundamental nesse processo. O Emendão não pode passar. Precisamos garantir a pressão dos trabalhadores sobre os parlamentares federais e suas bases eleitorais. O tema deve ganhar as páginas dos jornais e boletins dos sindicatos, mostrando aos trabalhadores que está em jogo o futuro do Brasil como nação soberana.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Anistia ainda não chegou em SC

Processo de "crime político" ainda impede gente de tirar passaporte para ir a Cuba

Pelo menos um brasileiro não foi "perdoado" pela Anistia. Alcécio Verzola, 42 anos, ex-líder do Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina, vem tentando tirar, desde o dia 27 de janeiro, seu passaporte sem sucesso. A Polícia Federal de Florianópolis, com várias desculpas, se nega a lhe dar o documento.

Verzola queria um passaporte para poder participar, como convidado, do Vão da Solidariedade, que partiu dia 7 de fevereiro para Cuba. O objetivo da viagem foi demonstrar amizade e não concordância com o bloqueio econômico dos Estados Unidos para com Cuba.

Alcécio Verzola é presidente do Instituto Cultural de Amizade e Solidariedade entre os Povos - Icasp - e esteve preso, por três anos, no final de década de 70, pela operação de repressão Barriga Verde, sob a acusação de organizar partido político proscrito.

Diante dos subterfúgios da PF de Santa Catarina para não lhe dar o passaporte o dirigente do Icasp está requerendo o documento, via judicial, através de um mandado de segurança. Conclui que "as forças de repressão e controle continuam funcionando. Dizem que queimaram arquivos. Pode até ser verdade. Mas não queimaram as memórias dos computadores. O meu caso é prova disto".

ENROLAÇÃO - O primeiro contato de Alcécio com a PF para tratar do passaporte foi dia 27 de janeiro, quando ele entregou todos papéis necessários. Naquele dia lhe disseram que poderia retirar o documento em 48 horas. Ao voltar no dia 28 foi informado que o passaporte não podia ser liberado por causa de uma "pendência" em Brasília.



Alcécio: sem perdão e passaporte

Através de um advogado na capital federal Alcécio constatou que nada havia contra ele nos arquivos da Polícia Federal. Voltando ao departamento de expedição de passaportes, em Florianópolis, obteve a informação de que a "pendência" agora era em Curitiba.

Por intermédio do governador do Paraná, que contactou com seu secretário de Justiça e com o superintendente da PF naquele Estado, Alcécio foi informado que também ali nada havia contra ele.

Depois disso Alcécio foi aconselhado pela PF de Florianópolis a não mais ir até seus escritórios procurar seu passaporte. "Disseram que bastava telefonar para saber se estava pronto. Foi então que decidi entrar com mandado de segurança".

Ele está convencido que isto é uma espécie de "perseguição", a exemplo de outra prisão que sofreu na década de 80, sem nenhuma acusação, e de outros fatos que ele prefere calar. "Mesmo que não tivesse havido Anistia, pelo menos por obediência às leis, deveriam me deixar em paz. Cumpri a pena que me foi imputada e isto liquidou meu caso. Quando acabou minha prisão a própria justiça me disse que o fato que gerou o processo deixou de existir."

Dia 7 de fevereiro, dia do Vão da Solidariedade, Verzola estava em Florianópolis, esperando a liberação do seu passaporte pelo Judiciário. Apesar de ter perdido o voo ele garantia que logo que o documento chegar irá a Cuba e ficará lá o dobro do tempo, "para compensar".

Verzola diz que estes "contratempos" não o abalam. "O que me preocupa é que não se extinguiram as possibilidades do arbítrio se impor. Isto faz refletir sobre o que é democracia, que tipo de regime democrático a gente tem. Nosso regime nada mais é que uma ditadura da classe dominante sobre os dominados, os oprimidos. É a democracia da burguesia que oprime o trabalhador em geral, lhe tirando não só o direito de falar, mas também o direito à sobrevivência com estes pequenos salários".

SE ESSA ILHA FOSSE MINHA IV

Procurador faz valer a lei e impede a privatização da baías

Apesar de Florianópolis não ser uma cidade de faíscas, estes dias o jornalista Paulo da Costa Ramos, o PCR, escreveu que a cidade deveria ser "limpa" da figura do procurador da República, Ruy Sulzbacher. Foi o procurador quem notificou quatro projetos, que PCR defende acima de qualquer lei: Beira Mar Continental, Hotel da Ponta do Coral, Marina da Beira Mar Norte e Via Expressa Sul.

O procurador é um homem tranquilo, não se preocupa com ameaças. Ele explica que para a construção destas quatro obras aterros enormes cobririam áreas das baías de Florianópolis e boa parte deles seriam privatizados, transformados em negócios rentáveis para seus proprietários.

Para que se criasse o sistema viário da Beira Mar Continental seria necessário apenas um aterro de 100 mil metros quadrados. Mas o projeto da prefeitura era de um aterro de 450 mil metros quadrados dos quais 130 mil passariam para a mão de particulares.

Já na Ponta do Coral, o proprietário do terreno, Realdo Guglielmi, queria fazer um aterro de 7.028 metros quadrados. Em cima deste terreno "criado" construiria um hotel cinco estrelas. Ali perto também foi projetada a Marina da Beira Mar Norte, um porto



para iates e barcos de lazer. Mas o projeto pedia um aterro de 60 mil metros quadrados. Nove mil deles seriam privatizados e em cima do restante seriam ainda erguidos bares, restaurantes, salões de eventos, lojas e postos de venda de combustíveis.

A última notificação foi para a Via Expressa Sul. Esta é uma grande obra. O aterro previsto é de 1.708.319 metros quadrados. Mais ou menos um milhão deles ficariam com a iniciativa privada.

GENIAL - "A idéia é genial. Em troca da construção seriam dados partes dos aterros. Mas isto vai contra a legislação federal. Ninguém pode comprar o mar. Ele é um bem de uso de todo povo. Só se permite que se sacrifique um bem que é de toda população, por uma obra que seja para o bem comum de todos. Com as privatizações estas obras serviriam apenas para alguns."

Segundo o procurador da República as notificações foram advertências. "Nosso intuito é ajudar a tentar salvar as obras naquilo que elas são necessárias

e corretas. As notificações chamam a atenção para que é preciso inventar outras alternativas. Ninguém, em sã consciência, vai, por exemplo, questionar a validade e necessidade de uma via de escoamento para o Estreito. Agora, ao procurador cabe zelar pelas observâncias das leis federais".

Outro exemplo dado que ele dá é do aterro da Via Expressa Sul. Originalmente, para construção do projeto viário seria necessários em torno de 700 mil metros quadrados de aterro. O projeto da prefeitura pedia um aterro com um milhão de metros quadrados a mais. "Uma vez notificados os implicados poderiam, por exemplo, pensar na troca da obra pela doação de uma área municipal no Campeche, por exemplo. Aí sim não haveria impedimento legal."

Sulzbacher explica ainda que notificações deste tipo fogem um pouco do dia a dia da procuradoria. "O poder público municipal é que deveria ser o primeiro a se preocupar com isto, saber se há algum obstáculo jurídico e tentar uma solução diferente".